

Economia desaquecida

ANTÔNIO CORRÊA DE LACERDA

26 JUL 1995



A ECONOMIA NÃO ESTARÁ
PARADA, MAS ANDANDO A UMA
VELOCIDADE MENOR DO QUE
NO PRIMEIRO SEMESTRE

Discute-se sobre a possibilidade de o País enfrentar ou não um processo recessivo neste segundo semestre. Aparentemente, há muita divergência entre as declarações tanto de empresários quanto de analistas econômicos. O que está faltando é, de certa forma, qualificar o debate, quanto ao que se está se considerando como recessão.

Vamos aos fatos. A economia brasileira cresceu mais de 10% no primeiro trimestre, tendo muito provavelmente (os dados ainda não são totalmente disponíveis) se desacelerado no segundo para algo entre 7% e 8%. Vários fatores impedem que este desempenho se repita no segundo semestre deste ano e o mais provável é que a economia cresça cerca de 5% em 1995.

Há toda uma combinação de fatores que impedem um maior crescimento neste segundo semestre:

a) Em primeiro lugar, há uma clara restrição de oferta em vários segmentos representativos da economia. Devido a baixos índices de investimento dos últimos anos (cerca de 16% do Produto Interno Bruto — PIB —, enquanto o ideal seria de pelo menos 20% do PIB para garantir o crescimento sustentado no longo prazo), a capacidade instalada não vem crescendo o quanto deveria, significando uma limitação da oferta, o que impede um crescimento sustentado;

b) A importação é uma alternativa para suprir o merca-

do interno, mas, com os sucessivos déficits na balança comercial, torna-se uma opção cada vez mais arriscada. Um déficit muito elevado na balança comercial, juntando-se ao da balança de serviços, leva a um desequilíbrio no balanço de pagamentos. O recente episódio da crise mexicana mostrou o quanto essa estratégia é arriscada;

c) O efeito dos juros reais elevados e das restrições creditícias adotadas nos últimos meses. Embora ele tenha um efeito prático muito diversificado, acaba contribuindo para a redução ou postergação dos investimentos, o que, estruturalmente, cria um verdadeiro ciclo vicioso de estagnação.

Adicionalmente, a desindexação desejada não se viabiliza com a economia aquecida, o que leva a crer que a desaceleração é não só uma contingência, dadas as limitações comentadas, mas também um objetivo do governo, a despeito da fragilidade dos instrumentos que possui para promover, de fato, uma recessão.

Portanto, o quadro aponta para um desaquecimento da economia, o que significa que a economia não estará parada, mas andando a uma velocidade menor do que no primeiro semestre. Este efeito é diferente em cada setor, sendo que alguns tendem a sofrer mais intensamente, como pode ser o caso dos bens de consumo duráveis

que vinham crescendo a taxas espetaculares nos últimos meses e possuíam um claro fator de reposição de demanda reprimida.

Os movimentos de *stop and go* da economia brasileira se tornaram uma constante a partir dos anos 80, com a crise de endividamento do Estado brasileiro. A partir daí, o comportamento do nível de atividade passou a ser errático e subordinado ao desenvolvimento da inflação e das inúmeras políticas de estabilização adotadas. As duas grandes exceções nesses movimentos foram exatamente o sucesso fugaz do Plano Cruzado e este primeiro ano de Real.

A conclusão é que, conforme já diversas vezes observado por inúmeros analistas, não adianta muito colocar o carro na frente dos bois. Ou seja, estabilização da economia e crescimento sustentado dependem da "lição de casa" do ajuste nas contas públicas, da disciplina monetária, do equacionamento dos passivos da União. Nesse sentido, o Plano Real é um jantar que começou pelo pudim e chegou a hora do prato principal. Vamos ver a qualidade do *anti pastil*!

O AUTOR

Antônio Corrêa de Lacerda é professor de Economia da PUC-SP e presidente do Corecon-SP

